



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## **Interpelação ao Governo Regional**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Começo por explicar ao Governo e a esta câmara parlamentar ao que venho. O PPM e muitos açorianos consideram que as circunstâncias que envolvem a demissão do Dr. Luís Parreirão exigem que o Governo assumira aqui as suas responsabilidades e dê as explicações que se exigem. É evidente que nos países do eixo "chavista" - como a Venezuela, a Bolívia ou o Equador -, com quem tantas semelhanças partilha o sistema partidário hegemónico nos Açores, não é hábito que os respetivos governos sintam qualquer tipo de necessidade de explicar assuntos desta natureza. Nomeiam e despedem quem querem, sem outra explicação adicional que a sua vontade natural. Os governos não explicam e as oposições ou não arriscam perguntar ou perguntam e arriscam.

Mas eu pergunto! É normal um presidente de uma empresa do setor público empresarial, cuja gestão está a ser alvo de uma comissão de inquérito, demitir-se nestas circunstâncias? É normal um presidente de uma empresa do setor público empresarial impor um novo plano de negócios - que custou milhares de euros apenas na fase da sua conceção - e demitir-se no período que antecede a sua primeira avaliação anual?

É eticamente aceitável que um presidente de uma empresa do setor público empresarial abandone, por razões estritamente ligadas ao seu benefício pessoal e profissional, a liderança de uma instituição nas circunstâncias políticas e de risco anteriormente descritas? É eticamente aceitável a fuga ou a deserção política de alguém que não teve a grandeza cívica e o enorme peso da responsabilidade que acarreta a liderança, para aqui ficar, de cabeça erguida, para assumir as responsabilidades políticas que a Comissão de Inquérito vier a apurar?



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Colocadas as coisas neste contexto, é justo que se pergunte então qual é a diferença entre a natureza do recrutamento dos quadros superiores nomeados para o nosso setor público empresarial e o recrutamento realizado pela Legião Francesa? É que tem de existir uma diferença! Uma diferença que tem de fundamentar-se no sentido de responsabilidade e na ética que tem de significar o facto de se liderar uma empresa do sector público empresarial.

Tem de existir um código de ética que deve ser assinado, sob compromisso de honra, por qualquer pessoa que assuma a liderança de uma empresa pública. Um código que, entre outras coisas, tem de assegurar que não se abandona a liderança, por razões de exclusivo interesse pessoal, de uma empresa que esteja a ser alvo de uma comissão de inquérito ou que esteja numa fase decisiva de um qualquer processo de reestruturação. É uma forma de respeitar o Parlamento, a democracia representativa e o Povo dos Açores, uma vez que todos os açorianos são, por definição, acionistas e proprietários da empresa.

No caso em apreço, apesar da flagrante falha de ética e de respeito em relação ao Parlamento dos Açores, o Governo Regional e o Partido Socialista tentaram proporcionar uma saída limpa, num contexto de responsabilidade pessoal muito complexo, ao ex-Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA. A questão que se coloca é porquê?

A minha convicção é que o Governo Regional aproveitou a reabertura da porta giratória do poder nas duas margens do Atlântico português, decorrente da tomada de poder por parte do Partido Socialista na República, para se antecipar ao efeito político da divulgação do relatório da Comissão de Inquérito ao Grupo SATA.

Com efeito, apesar da maioria socialista na Comissão de Inquérito, a matéria consolidada e os factos provados são de tal forma penalizadores para a gestão dos sucessivos governos socialistas, que será ineludível que a Comissão de Inquérito venha a concluir que existem fortes responsabilidades políticas por parte dos sucessivos presidentes dos conselhos de administração do Grupo SATA e dos sucessivos governos socialistas, no âmbito da situação de quase falência a que a empresa chegou.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

**Existiu, assim, uma vontade, uma oportunidade e uma responsabilidade.** A vontade pertenceu ao Dr. Luís Parreirão, que deixou de olhar para o território continental como território comanche e um deserto de oportunidades após a tomada do poder pelo PS. A oportunidade foi agarrada pelo Governo Regional, que assim antecipou o tempo político e deu um ar de renovação antes do mesmo se tornar esmagadoramente visível e ineludível após a divulgação das conclusões da Comissão de Inquérito. Finalmente, a responsabilidade é do Governo Regional que é o responsável pela transformação do nosso sector público empresarial regional numa mera porta giratória dos interesses partidários do Partido Socialista, de aquém e além-mar.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O partido governamental e o Governo Regional defenderão, no âmbito do presente debate, duas trincheiras. A primeira está verdadeiramente interiorizada e é aí que reside a semente da tragédia do atual tempo político nos Açores. Para o Governo socialista este é um não debate na medida que acha que não tem de dar nenhuma explicação à oposição política e ao Povo dos Açores pelo facto um presidente de um conselho de administração se ter demitido de uma das principais empresas públicas da Região, não relevando para o caso as circunstâncias institucionais em que a mesma ocorreu.

O Governo que está tudo explicado e que não tem de assumir nenhuma responsabilidade política por ter nomeado alguém que não tem qualquer pejo em sair da empresa ao som da melhor proposta de emprego que se avizinhou ao seu tímpano. O executivo socialista pensa isto porque 20 anos de governo o fizeram dono disto tudo e tornaram as explicações um enorme aborrecimento.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

A segunda trincheira tem a ver com o entendimento muito particular que o partido governamental faz do que significa, do ponto de vista político, uma comissão de inquérito. Para os socialistas açorianos uma comissão de inquérito significa uma espécie de voto de celibato da oposição, acompanhado de um silêncio e de uma reclusão monásticas a respeito do assunto investigado.

Enquanto a oposição desaparece no período sabático que dura a Comissão de Inquérito, o Governo Regional reserva-se o direito de comprar e vender aviões, desenhar e apagar rotas, demitir e nomear presidentes do conselho de administração e concretizar tudo o mais que lhe passar na cabeça. Ou seja, a oposição remete-se ao silêncio na sala de estudo e o Governo fica a brincar sozinho no recreio. É esta a utopia socialista a respeito da natureza de uma comissão de inquérito.

Lamento informar que não é esse o entendimento que faz o resto do universo a respeito da natureza de uma comissão de inquérito. O facto de a oposição decidir propor, de forma potestativa, uma comissão de inquérito a respeito de um qualquer assunto significa precisamente o contrário do que pensa o Partido Socialista. Significa que queremos discutir o assunto e que não aceitamos qualquer manobra que vise silenciar a discussão e o conhecimento público da questão em apreço.

Não se deixa de se discutir. Discute-se mais! Não se deixa de problematizar. Problematiza-se mais! Não se deixam de fazer perguntas. Fazem-se mais! A comissão de inquérito não é um gueto e não existe nenhum anel de fogo à volta da sala da comissão de inquérito.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O Governo Regional e o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Economia foram inusitadamente céleres em relação ao processo de substituição do Dr. Luís Parreirão na presidência do Conselho de



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Administração da SATA. Vê-se que querem passar de página rapidamente. Percebe-se a intenção e percebem-se os motivos. No entanto, o processo correu mal.

Mas vamos por partes. Em primeiro lugar, a indigitação do Eng.º Paulo Menezes revelou, de forma muito evidente, a forma como o Partido Socialista está cada vez mais fechado sobre si próprio e é incapaz de recrutar na sociedade civil quadros independentes. O anterior Presidente do Conselho de Administração da SATA, assim como o que agora foi indigitado pelo Governo, pertencem a um restrito círculo de confiança partidário. É a isto que se chama oligarquia. Tudo isto revela um enorme esgotamento político por parte do Governo socialista.

**Em segundo lugar, temos de abordar a questão de fundo: a intensa e muitas vezes irracional intervenção do Governo Regional socialista na SATA.** Os dados que hoje possuímos demonstram, de forma inquestionável, que a empresa entrou em colapso essencialmente devido à imposição, por parte do Governo Regional socialista, de rotas, aquisições e funções estratégicas inoportáveis, a curto e médio prazo, para a empresa.

Enquanto obrigava a empresa a acumular prejuízos incalculáveis, os governos regionais não só não reforçaram os mecanismos de financiamento da empresa, como acumularam, de forma dramática, enormes atrasos nas indemnizações compensatórias. Tudo isto para preservar o sistema de monopólio do transporte aéreo e lograr a expansão do sector turístico. No final, o sector turístico manteve uma dimensão residual e a empresa entrou em falência técnica. Pior é impossível.

A intervenção política dos sucessivos governos regionais, que é inquestionável e que está repetidamente identificada nas audições realizadas pela Comissão de Inquérito, não tem, no entanto, suporte documental. As orientações, instruções e ordens governamentais foram transmitidas oralmente aos presidentes dos conselhos de administração e só a eles. Não têm suporte escrito e são quase completamente ignoradas nas atas. Não se sabem os imprescindíveis **quem, como, onde, quando e porquê**. Também não se sabe se algumas vezes os conselhos de administração da SATA tentaram resistir a ordens políticas absolutamente irracionais e economicamente insustentáveis.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

É por tudo isto que reputo de essencial a capacidade, por parte do Presidente do Conselho de Administração da SATA, de marcar linhas vermelhas à intervenção do Governo nas áreas operacionais e de gestão. Sem este pressuposto não existe futuro para a SATA. O Eng.º Paulo Menezes revelou, na audição parlamentar do passado dia 7, que nada mudará a este respeito. Segundo ele o Governo é que manda, sem limites de racionalidade e de campos de ação.

É por tudo isto que eu digo que nada mudou. Permanece a raiz do mal. Saem os presidentes do Conselho de Administração da SATA, mas ficam as velhas práticas intervencionistas e altamente intrusivas dos governos regionais socialistas.

Assim não há futuro para a SATA.

Disse!

O Deputado do PPM,  
Paulo Estêvão